



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012472-33.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Espécies de Contratos**
 Requerente: **M Tendas Promoções e Eventos Ltda Me**
 Requerido: **Associação Atlética do Campus de São Carlos Usp**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

M TENDAS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA ME, qualificado na inicial, ajuizou ação de Procedimento Ordinário em face da Associação Atlética do Campus de São Carlos Usp, também qualificada, afirmando ter locado à ré equipamentos que efetivamente disponibilizou e montou no dia 30 de outubro de 2012, e porque a ré teria deixado de honrar sua obrigação de pagamento no valor de R\$ 68.400,00, que deveria ter sido depositado em conta bancária até 12 de novembro de 2012, requer sua condenação nesses moldes, com acréscimo de juros moratórios de 1% e multa de 2%, totalizando R\$ 93.467,80 na data da propositura da ação.

A ré contestou o pedido sustentando que a autora não teria cumprido integralmente o contrato, na medida em que não haveria “*comprovação efetiva de que os bens móveis foram (todos) entregues, preparados e montados (na forma e tempo pactuados)*” – sic., fls. 44 -, aduzindo haja excesso na cobrança, porquanto já teria realizado pagamento no valor de R\$ 6.840,00 que já teriam quitado da locação de “*serviços/bens que foram então prestados/disponibilizados naquela ocasião*” (sic., fls. 45), o que implicaria em responsabilidade da autora pela cobrança indevida na forma do art. 940 do Código Civil, destacando mais que os juros somente poderiam ser contados da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação, refutando ainda a fixação dos honorários advocatícios em 20%, para concluir pela improcedência da ação.

A autora replicou afirmando que o pagamento da importância de R\$ 6.840,00 pela ré demonstraria a efetiva prestação dos serviços e a locação, aduzindo que tal pagamento representava o valor da multa contratual de 10%, calculada sobre o valor total do contrato que era de R\$ 68.400,00, reafirmando os pedidos da inicial e pugnando pela aplicação das penalidades pela litigância de má-fé da ré.

O processo foi instruído com a oitiva das partes.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a associação ré tenha afirmado em contestação a existência de vício na prestação do serviço da autora, fato é que o depoimento pessoal de seu atual presidente desautorizou tal versão, dando-nos a saber que o problema que gerou o não pagamento foi um “*alto prejuízo em 2012*”, quando os recursos do caixa da associação acabaram, gerando a necessidade de uma série de negociações com os fornecedores, dentre os quais a autora era a que tinha o crédito de valor mais alto, de modo que ajustaram o pagamento de cerca de R\$6.000,00 que representava 10% do crédito, ficando o restante em tratativas que acabaram não se concluindo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em pagamento.

Diante dessa confissão, não há razão para que se prossiga na busca de prova ou outros elementos, porquanto já resolvida a questão do mérito.

Há, entretanto, que se reconhecer excesso no pedido da autora que ao imputar o pagamento dos R\$6.840,00 apontados pela ré na contestação como multa do contrato, pretende depois ainda aplicada uma multa de 2% quando se sabe seja indevida a cumulação da multa moratória com a cláusula penal, a propósito da clara redação do artigo 410 do Código Civil.

E outra não poderia ser a solução quando da leitura da cláusula 15ª do contrato se vê que para o inadimplemento contratual foi fixada multa de 10% com o valor especificado justamente naqueles R\$6.840,00 (fls. 13), funcionando dita cláusula como evidente substitutivo das perdas e danos.

Logo, resta-lhe o direito de receber o valor da obrigação, em R\$68.400,00, com os acréscimos de correção monetária pelo INPC a contar de novembro de 2012, data de vencimento da obrigação (cláusula 5ª, fls. 12) e juros de mora de 1% ao mês a contar da citação.

A ré sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas do processo e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação em consequência do que condeno a ré Associação Atlética do Campus de São Carlos Usp a pagar à autora M TENDAS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA ME a importância de R\$68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais), com os acréscimos de correção monetária pelo INPC a contar de novembro de 2012, e juros de mora de 1% ao mês a contar da citação e condeno a ré ao pagamento das despesas do processo e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P.R.I.

São Carlos, 28 de setembro de 2015.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**